

POR UM CURRÍCULO SEM FUNDAMENTOS

**Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
(Câmara Brasileira do Livro, SP, Brasil)**

Lopes, Alice Casimiro
Por um currículo sem fundamentos / Alice Casimiro Lopes. – São
Paulo : Cortez Editora, 2025.

Bibliografia.
ISBN 978-65-5555-616-2

1. Currículos - Avaliação 2. Currículos - Brasil 3. Democracia - Brasil
4. Educação e Estado - Brasil I. Título.

25-300961.0

CDD-375.006

Índices para catálogo sistemático:

1. Políticas de currículo : Educação 375.006

Cibele Maria Dias - Bibliotecária - CRB-8/9427

**Alice
Casimiro
Lopes**

**POR UM
CURRÍCULO
SEM
FUNDAMENTOS**

São Paulo – SP

2025



MINISTÉRIO DA
EDUCAÇÃO



POR UM CURRÍCULO SEM FUNDAMENTOS

Alice Casimiro Lopes

Direção editorial: Miriam Cortez

Coordenação editorial: Danilo A. Q. Morales

Assistente editorial: Amarílis Oliveira

Preparação de originais: Agnaldo Alves

Revisão: Ana Paula Luccisano e Tatiana Tanaka

Projeto gráfico e diagramação: Linea Editora

Capa: de Sign Arte Visual

Nenhuma parte desta obra pode ser reproduzida ou duplicada sem autorização expressa da autora e dos editores.

© 2025 by Alice Casimiro Lopes

Direitos para esta edição

CORTEZ EDITORA

Rua Bartira, 317 — Perdizes

05009-000 — São Paulo — SP

Tel.: (11) 3864-0111

e-mail: editorial@cortezeditora.com.br

www.cortezeditora.com.br

Impresso no Brasil — outubro de 2025

AGRADECIMENTOS

Este livro é também resultado das interlocuções propiciadas pelo projeto de internacionalização *Políticas de Currículo*, por mim coordenado e desenvolvido entre 2019-2024, com apoio do Programa Capes Print 2018. Agradeço muito as conversas e discussões com Alícia de Alba, Ana Laura Gallardo, Angel Díaz Barriga, Bertha Orozco, Concepción Barrón e Frida Díaz-Barriga Arceo (Universidad Nacional Autónoma de México, México), Antonio Gómez Villar (Universidad de Barcelona, Espanha), Carmen Burgos (Universidad de Atacama, Chile), Carlinda Leite e Preciosa Fernandes (Universidade do Porto, Portugal), Daniel Friedrich e Janet Miller (Columbia University, Estados Unidos), Daniel Johnson (Universidad de Chile, Chile), Gloria Perelló e Paula Biglieri (Universidad de Buenos Aires, Argentina), Jason Glynos (University of Essex, Reino Unido), José María García Garduño (Universidad Autónoma de la Ciudad de México, México), Molly Quinn (Louisiana State University, Estados Unidos), Silvia Morelli (Universidad Nacional de Rosario, Argentina) e William Pinar (Columbia University, Canadá), que de modos diferentes contribuem para minhas pesquisas. Assim, outra das motivações para este livro é uma prestação de contas dos recursos investidos na internacionalização das pesquisas da linha de *Currículo: sujeitos, conhecimento e cultura*, do Programa de Pós-graduação em Educação da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (ProPEd Uerj).

Foi também com o apoio da Capes que se viabilizou a vinda de Ernesto Laclau e de Chantal Mouffe à Uerj, por meio da qual foi

aprofundada uma interlocução igualmente muito importante com Anna Luiza Oliveira e Gustavo Oliveira (Universidade Federal de Pernambuco, PE), Daniel de Mendonça (Universidade Federal de Pelotas, RS) e Joanildo Burity (Fundação Joaquim Nabuco, PE).

A esses pesquisadores e pesquisadoras se somam, nas parcerias e discussões, os integrantes da linha de pesquisa *Currículo: sujeitos, conhecimento e cultura*, do ProPEd Uerj, além de alunos e alunas de iniciação científica, mestrado, doutorado e pesquisadores/as do grupo *Políticas de Currículo e Cultura* (www.curriculo-uerj.pro.br).

A todas, todes e todos, agradeço a amizade e a possibilidade de debate.

Não poderia deixar de registrar, contudo, que, a mais que todas, todes e todos, agradeço à Elizabeth Macedo, com quem há anos, entre equivalências e diferenças, com amizade, mantenho interlocução constante sobre essas e outras questões curriculares.

*A luta contra as formas de subordinação
não pode ser o resultado direto da
própria situação de subordinação.*

Chantal Mouffe, *Por um populismo de esquerda*

*[...] todo ato é um ato de reconstrução, o
que significa dizer que o criador buscará
em vão o sétimo dia de descanso.*

Ernesto Laclau, *New reflections on
the revolution of our time*

*Escrever coisas imediatamente traduzíveis é
não escrever e não convocar à tradução.*

Jacques Derrida, *Fidelidade a mais de um*

SUMÁRIO

■ Sobre a teoria e as motivações para escrever.....	11
■ Articulando a desconstrução e a teoria do discurso na política de currículo.....	25
■ Desconstruindo a política como projeto de futuro de uma comunidade plena	61
■ Representatividade e democracia na política de currículo...	83
■ Normatividade e investimento radical na política de currículo	95
■ Conclusões: por um currículo sem fundamentos	127
■ Referências	141
■ Sobre a autora	157

SOBRE A TEORIA E AS MOTIVAÇÕES PARA ESCREVER

A cada projeto de pesquisa que tenho desenvolvido, venho me dedicando a um conjunto específico de ações políticas de currículo. Tais ações são investigadas em um *corpus* teórico-estratégico que, ao mesmo tempo que mantém questões inesgotáveis, modifica-se pelas novas conclusões que vão sendo incorporadas, tanto pela minha pesquisa específica quanto pelas conclusões das investigações do grupo Políticas de Currículo e Cultura.

As principais conclusões elaboradas nos projetos finalizados até 2011 foram organizadas em livros individuais ou com parceiras do grupo (Lopes, 2008; Lopes; Dias; Abreu, 2011). Posteriormente, em outras inflexões teóricas, as questões que nortearam as investigações foram amplamente difundidas em artigos e capítulos de livros, alguns deles no exterior. Não geraram, contudo, um livro, de forma a permitir mais facilmente as inter-relações de ideias e facilitar o estudo dos argumentos que vêm sustentando minhas opções teórico-políticas. Essa possibilidade de um estudo mais articulado das principais teses que têm orientado meu trabalho investigativo é um dos primeiros motivos que me levaram a escrever este livro.

Na perspectiva pós-estrutural e pós-fundacional com a qual opero, não há um registro de verdade que implique uma teoria obrigatória, ainda que existam relações de poder, potencializadoras de circunstâncias e saberes, favorecendo algumas leituras em detrimento

de outras. Faço referência ao poder no enfoque foucaultiano. Nesse enfoque (Foucault, 2014; Laclau, 2011), não existe um único centro de poder verticalizado, na medida em que não existe uma estrutura que sustente posições fixas no social. O poder remete a relações e à possibilidade de produzir, de gerar efeitos, discursos, teorias.

Tais teorias nos permitem valorizar e dar visibilidade a certas questões, minimizando ou invisibilizando outras. Considerando a não existência de estruturas ou fundamentos fixos para a pesquisa, para a política, para o currículo, como argumento ao longo deste livro, não há métodos definitivos nem consensos teóricos. As ações políticas, nas teorias investigativas e na produção curricular, estão em constante mudança, seus efeitos são apenas parcialmente controláveis, uma vez que as ações são realizadas em múltiplos contextos e situações.

Não existindo uma teoria obrigatória, torna-se ainda mais crucial justificar as escolhas teóricas e estratégicas realizadas, publicizá-las, favorecendo o debate mais amplo, ao mesmo tempo reafirmando o quanto tais escolhas são dependentes das contingências da trajetória de pesquisa (Lopes, 2023). Este é um segundo motivo pelo qual justifico o investimento neste livro.

Ernesto Laclau e Chantal Mouffe são os autores que mais me inspiram a investigar as políticas de currículo desse modo. A política educacional e curricular nunca fez parte do foco de interesses dos dois, o que não impede, pela ampla e imprevisível citação de textos, que sua obra seja lida e reconfigurada na educação, por mim e por tantos outros autores e autoras, no Brasil e no exterior. Menciono apenas, a título de exemplo, as produções de Alba (2007), Carusi (2025), Carusi e Szkudlarek (2020), Clarke (2014), Morelli (2024), Peters e Alba (2015) e Szkudlarek (2017).

Tal como esses autores, não estou orientada pela pretensão de aplicar Laclau e Mouffe à teoria curricular, como se sua teoria do discurso fosse um conjunto de princípios gerais de uma metodologia de pesquisa da política. Ler a teoria do discurso, e com ela teorizar e investigar as políticas de currículo, exige uma articulação de suas

noções com as teorias educacionais, com a tradição do pensamento pedagógico, assim como exige uma leitura cuidadosa, visando entender o porquê das opções escolhidas pelos autores, as articulações teóricas que possibilitaram a produção de sua obra.

Foi com essa preocupação que comecei o estudo da desconstrução¹ em Derrida, guiada pela problemática proposta pela teoria do discurso de Laclau e Mouffe, com foco na política na qualidade de ontologia do social. De certa forma, esta é uma leitura que se quer rigorosa e atenta, mas que pode soar a muitos como um tanto desrespeitosa. Ou talvez só seja uma leitura porque assume certo desrespeito em relação ao texto lido (Bennington, 2004a).

Considero que não só Derrida permite entender Laclau e Mouffe mais precisamente, como também a teoria do discurso permite reafirmar o sentido político de Derrida. Concordo com Bennington (Bennington; Derrida, 1996, p. 161) quando ele afirma que “[...] a desconstrução é o mais radicalmente político dos discursos”. Na defesa desse sentido político da desconstrução, Bennington (2000) refere-se a certa ingenuidade da esquerda que cobrava de Derrida que “abrisse o jogo” sobre a política e o fazia sob certos raciocínios esquemáticos, esperando não um debate ou compromisso político, mas a mera escolha de um lado no jogo entre esquerda e direita. Com essa cobrança, era desconsiderado que a política é um conceito metafísico que, para ser desconstruído, tem que ser interpretado por meio de noções não metafísicas².

-
1. Apesar de Derrida (2001b) preferir que a desconstrução seja dita no plural, opto por usar o termo no singular, como é mais usual, inclusive nos textos dele e de seus comentadores. Tal como muitos outros termos aqui usados, o plural pode ser lido como incorporado ao significante.
 2. Conceitos não são metafísicos ou não metafísicos em si mesmos, pois implicaria a aceitação de que alguns significantes estão limitados a uma denotação. Como explica Bennington (2004b), quando Derrida fala de conceitos metafísicos, ele se refere ao vínculo de determinados significantes com certa tradição. Assim, é possível realizar traduções não metafísicas de “conceitos metafísicos”, mas essa será a tradução de determinada tradição. O mesmo Bennington discute como tal leitura vale para o próprio termo “interpretação”, muito usado por Derrida, mas que não remete a nenhuma ideia de compreensão plena.

A radicalidade de Derrida em relação ao político justamente se deve ao fato de seu trabalho não ser uma repetição das tradições metafísicas desse conceito. Trazendo o próprio Derrida quando discute a questão do signo, “[...] é preciso ao mesmo tempo *marcar* e *afrouxar* os limites do sistema no qual esse conceito nasceu e começou a servir, arrancando-o, assim, até certo ponto, de seu próprio solo” (Derrida, 2001a, p. 23). Laclau e Mouffe seriam então os autores, na afirmação de Bennington (2000) e do próprio Derrida (1994), que trabalharam nessa direção, no que concerne à política.

A discussão política em Derrida se faz por movimentos filosóficos que não se propõem a produzir um sistema, um modelo, um método ou um projeto fundamental, e tampouco se propõem a destruir qualquer outro projeto filosófico. Esse movimento de Derrida, ao desconstruir teleologias e hierarquias, ao teorizar sobre o diferir e sobre a relação com o outro, ao possibilitar o entendimento de como lidamos com espectros — que são menos de um, mais de um e “o mais” de um (Derrida, 1994) — de tradições de pensamento, abriu a política radicalmente para a experiência do impossível, levando a que se considere seriamente “[...] o que acontece e as diferenças de toda ordem, a começar pelas dos contextos” (Derrida, 2004, p. 287). Como discurso que se expõe ao outro (Caputo, 2018), a desconstrução provê nossa melhor proteção contra as ameaças da tirania, do totalitarismo, das imposições de toda ortodoxia e do terror na política.

Em minha leitura, a teoria do discurso de Laclau e Mouffe reafirma esse sentido político da desconstrução, justamente por desconstruir o marxismo, um dos discursos centrais da modernidade na constituição — tanto por aqueles que o defendem quanto pelos que o rechaçam — da noção de política. O marxismo é uma herança, minha herança e de muitos na educação no Brasil, sempre traduzida, envolvendo usos, recepção crítica, interpretações e experiências, que também são interpretações (Derrida, 1994). Nem que se queira, é possível desconsiderar ou renegar uma herança, ao mesmo tempo que é impossível recebê-la tal e qual (Pinto; Lopes, 2021; 2024). Ainda assim,

não se escolhe uma herança, mas se escolhe a possibilidade de exercer sua crítica: a “[...] responsabilidade política começaria [começa] na recepção ativa e crítica de uma herança” (Bennington, 2004b, p. 211).

Laclau, com quem convivi como acadêmico e amigo desde 2011 até seu falecimento em 2014, não deixava de sonhar, como muitos de nós sonhamos, com um horizonte universal para a esquerda — um nome sedimentando tradições constantemente deslocadas —, capaz de se antagonizar com o horizonte discursivo neoliberal, articulando demandas particulares diferenciais. Não supunha tal processo como uma luta revolucionária emancipatória. Tampouco acreditava em um ato instituinte de uma transformação social por mais justiça e igualdade, alcançada de uma vez por todas. Defendia a ideia de uma democracia por vir nunca alcançada, à maneira derridiana, e questionava o messianismo da esquerda. Investia na possibilidade de ampliação dos centros de poder, visando a esse projeto, nunca plenamente realizado, de uma comunidade de esquerda sem comunhão.

Tal sonho permanece se mostrando mobilizador de muitas ações na atualidade. Vários são os exemplos contemporâneos que sustentam a importância do investimento em tais lutas; a cada momento de leitura deste texto, é possível remeter à dor mais profunda causada pelas injustiças sociais, morte e aniquilamentos em vida, opressões de toda ordem, hoje e no passado. Mas o sonho de transformação visando superar essa dor pode também ativar processos que operam com fixações e sedimentos como se fossem estáveis, em nome de uma dada estratégia autoritária e igualmente dolorosa, capaz de subjugar o outro.

É por meio das teorias de Derrida, Laclau e Mouffe que tenho, então, operado com discussões sobre a normatividade vazia, as noções de sujeito e de comunidade descentrados, a crítica da racionalidade e a desconstrução na política de currículo, tentando desconstruir fixações e sedimentos que tendem a bloquear possibilidades mais democráticas, abertas ao diferir e ao investimento radical na política educativa. Como tal, a teoria do currículo não se afasta dos professores e da prática nas escolas; ao contrário, pode contribuir para sua maior

aproximação. Não pela via fácil de uma teoria que se supõe acessível a todos, transparente e evidente, sem exclusões, mas por meio de uma teoria que concebe a prática como inserida na política.

Particularmente no currículo e na educação, tenho questionado políticas que se fazem em nome da promessa de igualdade do direito de acesso ao conteúdo considerado “essencial” e da construção de um futuro pré-programado. Penso que, assim, desconsideram a produção situada do currículo nas escolas e desvalorizam a expressão singular dos sujeitos da educação.

Uma das expressões dessa desvalorização é o apoio conferido às políticas de centralidade curricular, tal como a da Base Nacional Comum Curricular (Brasil, 2018a; 2018b) e da reforma do ensino médio a ela associada, por parte dos pais e responsáveis, bem como por escolas, docentes, políticos, especialistas e o público em geral. O discurso de um currículo comum, via “implementação” da BNCC, vem se tornando uma tentativa de apagar conflitos políticos contextuais, produzidos em relações contingentes. Tal tentativa minimiza as possibilidades de uma política curricular radicalmente democrática, foco também das discussões neste livro.

O impacto dessas orientações centralizadas é significativo, tal como foi o impacto dos Parâmetros Curriculares Nacionais (Brasil, 1999) e, em menor medida, das Orientações Curriculares Nacionais (Brasil, 2006). Especialmente porque tais orientações são articuladas a políticas de avaliação (Frangella; Queiroz, 2023; Pereira, 2023) e são difundidas em redes políticas (Araújo; Lopes, 2021, 2023a, 2023b) que investem em tornar a centralização curricular sinônimo de qualidade da educação.

Um exemplo desse processo pode ser identificado na difusão do discurso de “sobralização da educação”³, por referência ao município de Sobral, Ceará, usado como símbolo de sucesso na aprendizagem.

3. Ver, por exemplo, *links* disponíveis em: <https://www.facebook.com/watch/?v=507082286431525>; https://www.instagram.com/p/CedtZE5u_I/; e <https://veja.abril.com.br/educacao/camilo-nomeia-quadros-tecnicos-para-mec-e-consolida-modelo-do-ceara/>. Acessos em: 18 maio 2025.

Na fantasia de ser possível hegemonizar esta política particular no país, são apagadas as contingências das práticas nesse município específico e as dificuldades de sua eventual replicação no país, bem como é desconsiderada a contextualização radical de toda política.

Tenho igualmente defendido que a normatividade curricular instituída por políticas centralizadas não está imune às disputas político-discursivas que vêm constituindo subjetivações no cenário educacional. Qualquer texto político é um texto que tenta responder, de algum modo, a disputas políticas. Sua apropriação pelas práticas escolares remete a novas traduções — imprevistas e controláveis apenas de forma mais ou menos limitada, em função de relações de poder situadas.

Por sua vez, a política, na forma tradicional como é usualmente abordada, anseia por inteligibilidade, previsibilidade e certeza (Clarke, 2018). Isso faz com que muitas ações governamentais, extragovernamentais e mesmo as distantes das relações com o governo busquem controlar ou mesmo bloquear a tradução das propostas apresentadas às escolas, assim como se busca apagar — não necessariamente de forma racional ou premeditada — as marcas das decisões realizadas na contingência. Ao mesmo tempo, tais ações políticas não são restritas ao país. São submetidas a influências e pressões de um cenário internacional que produz políticas de currículo em outros países e mesmo transnacionalmente.

Em alguns de meus trabalhos de pesquisa anteriores (Lopes *et al.*, 2008), a globalização foi uma noção pela qual investiguei as relações de poder que operavam para além dos Estados-nação e as dimensões culturais locais que tornavam vernacular qualquer globalização. Acompanhava Appadurai (2001) em sua compreensão da globalização como fenômeno associado à aceleração de fluxos disjuntivos, através da ação das novas tecnologias da informação e comunicação. Os fluxos caracterizariam os movimentos constantes de ideias, ideologias, pessoas, imagens, tecnologias, concebidas provisoriamente como estruturas ou organizações estáveis, devido à incapacidade dos nossos dispositivos

em identificar e lidar com o movimento. Esses fluxos, segundo o autor indiano, não são convergentes, não têm a mesma direção, velocidade, origem e mantêm apenas relações disjuntivas entre si. Dessa forma, a globalização produziria problemas que se manifestam localmente, mas que não se limitam ao local.

Em outras palavras — e outras palavras são significantes que remetem a suplementos e iterações —, tais fluxos, movimentos, instabilidades e hibridismos sempre existiram e não devem ser considerados como perda de sentido ou de identidades (Laclau, 2011). Nossas formas de investigar, interpretar e assim construir o mundo foram feitas através de estruturas que tentavam fixar, fotografar, conter o movimento, fantasiar a ideia de uma estrutura sólida e centrada, capaz de sedimentar os sentidos em formas não fluidas. Estruturamos uma ordem estável em um mundo que só poderia ser interpretado admitindo a disseminação de sentidos e o descentramento.

Lingard (2020) continua a contribuir para as discussões sobre a globalização e tem enfatizado como, nesse contexto, tem havido a transnacionalização dos discursos políticos e a cosmopolitização dos atores políticos. Por transnacionalização, Lingard se refere aos fluxos globais de ideias políticas, enquanto a cosmopolitização se refere às disposições globais dos decisores políticos. Ao mesmo tempo, Lingard continua a acompanhar Stephen Ball, ao afirmar que a educação é uma questão tanto de política regional e global quanto de comércio internacional. Tal interpretação se coaduna com a ideia de que o Estado-nação não perdeu sua força na educação, mas deve ser pensado como tendo uma autoridade complementada pela autoridade que resulta de organizações internacionais, seus acordos e, em particular, sua relação com as avaliações internacionais em grande escala.

O próprio Lingard (2016), noutro texto mais antigo, mas ainda atual, salienta o quanto os Estados-nação justificam as reformas em seus sistemas escolares com base no desempenho comparativo do Programme for International Student Assessment (Pisa), a despeito de essas reformas serem estruturadas em imperativos políticos e

ideologias internas. Nesse processo, destaca o autor, os meios de comunicação social são centrais na constituição das representações nacionais, relativas ao desempenho nas avaliações centralizadas internacionais, bem como relativas às reformas projetadas.

Tendo em vista tais relações, investigar o currículo, o pensamento curricular e as políticas curriculares vem obrigando a elaboração de registros teóricos que, ao levarem em conta as contingências da política e a contextualização radical do currículo, considerem os fluxos globais e as relações transnacionais. São esses processos relacionais que se interpenetram e nos subjetivam, particularmente no contexto neoliberal.

Afinal, a incorporação de novos mecanismos reguladores de um Estado no mundo global estabelece-se cada vez mais sob uma racionalidade neoliberal que vem nos constituindo, bem como constituindo relações interpessoais, em nome do que se tem chamado de economização da vida e do empreendedorismo-de-si. Como analisa Brown (2019), o neoliberalismo, ávido por distanciar a política dos mercados e permitir que a moralidade e o mercado governem e disciplinem os indivíduos, contribui para retirar a política de todas as esferas da vida cultural e social, demonizando o social e a democracia. Nesse processo, como discute a autora, a articulação entre as reivindicações neoliberais e as reivindicações ultraconservadoras desenvolve-se com efeitos catastróficos que parecem ser uma criação frankensteiniana sem precedentes.

Uma das formas predominantes de pensar a política no registro neoliberal é aquela que tenta inserir uma lógica racional nos processos políticos, apagando os conflitos contextuais para investir em uma harmonia social concebida como necessária ao desenvolvimento econômico e à ascensão de indivíduos ajustados à sociedade. Essa perspectiva ignora o fato de que, por maiores que sejam as ações normativas, o indivíduo nunca se adapta plenamente à sociedade. Esse descompasso expressa uma divisão ainda mais profunda entre o universal e o particular: qualquer tentativa de identificar o sujeito universal com um sujeito histórico ou cultural particular falha diante do vazio constitutivo do sujeito (Clarke, 2018).

Laclau (1990; 2011) e Mouffe (2006; 2007) enfrentam essas questões em sua obra, articulando a noção de vazio do sujeito aos processos políticos conflituosos nos quais os atores sociais se movimentam e são subjetivados, nas relações incomensuráveis entre o particular e o universal. Nesse registro, eles defendem que o poder e o conflito não podem ser erradicados das relações sociais, teorizando sobre a importância de explorar antagonismos, deslocamentos e exclusões na política. Com isso, há um distanciamento de qualquer ideal de plenitude: de sentido, de sujeito ou de sociedade. Não porque haja conformismo frente ao poder e ao conflito, mas porque, ao assumirmos os conflitos e antagonismos e criarmos formas políticas agonísticas (Mouffe, 2006; 2007), nas quais convivemos com adversários admitindo seu direito à diferença e à vida, torna-se possível apostar em um horizonte democrático e conceber ações em direção a maior justiça social.

É também com esse horizonte que organizei os capítulos deste livro. Eles inter-relacionam as discussões teóricas que tenho feito nos últimos 15 anos e, se não dispensam a leitura dos artigos que apresentam pesquisas específicas, buscam ser uma forma para que diferentes conclusões sejam lidas em relação. Para tal, os capítulos não têm uma ordem de leitura obrigatória, assim como podem ser lidos separadamente. Mas sugiro a leitura pela ordem proposta, por considerar que, desse modo, será possível acompanhar com mais facilidade o registro teórico construído.

No primeiro capítulo, desenvolvo a articulação teórica entre a desconstrução de Derrida e a teoria do discurso de Laclau e Mouffe que realizo para investigar a política de currículo. Parto do argumento de que a teoria da hegemonia, como teoria do discurso, apresentada em *Hegemonia e estratégia socialista*, só foi possível ser realizada por Laclau e Mouffe ao incorporarem a desconstrução derridiana. Sem desconsiderar as diferenças entre esses autores e Derrida, ou mais precisamente a partir dessas diferenças, discuto por que considero importante essa articulação teórica para investigação da política, de modo que a interpretação de sedimentações e estabilizações políticas não apague o diferir atinente à tradução constante dos textos políticos em nome da transformação social no futuro.

No segundo capítulo, questiono a noção de que a política, para ser desenvolvida, precisa de um sujeito e uma comunidade coesos e direcionados aos mesmos propósitos. Defendo que tal discussão é importante para as políticas de currículo, na medida em que tais noções fixas de sujeito e de comunidade tendem a tornar o currículo um espaço-tempo de formação de subjetividades e identidades também fixas.

No terceiro capítulo, discuto as noções de democracia e de representação, problematizando o que se entende por política de currículo democrática. Defendo a possibilidade de representação democrática mesmo com relações híbridas entre representante e representado.

Por sua vez, no quarto capítulo, apresento minha discussão sobre o vazio normativo e o investimento radical como possibilidade de confronto com as tentativas de fixar conteúdos essenciais no currículo, frequentemente com base em uma perspectiva epistemológica de normatividade. Para tal, opto por uma interlocução com o pensamento de Michael Young e colaboradores, na medida em que suas discussões têm reforçado tanto argumentos dos que postulam a necessidade de maior atuação política e precisão na definição de um conteúdo crítico nas políticas curriculares quanto argumentos dos que buscam ampliar as normas sobre os conteúdos.

No último capítulo, como conclusão, organizo as ideias relativas ao que venho defendendo como um currículo sem fundamentos. Procuo explorar o impacto dessas discussões teóricas sobre a política no pensamento curricular. Reitero que permaneço buscando, na política de currículo, explorar a possibilidade do acontecimento, da singularidade, em vez de apostar no controle da interpretação, na tentativa vã de dizer aos muitos outros da escola como devem ser o currículo, o futuro e as identidades formadas. Talvez seja essa uma terceira motivação para a escrita deste livro.

Como procuro defender ao longo de todo livro, tal possibilidade de acontecimento se recria a cada encontro com o outro, não como necessidade, mas como um vir a ser. Se a tradução “[...] é um acontecimento que está sempre entre o intraduzível e o traduzível, e a leitura

entre o legível e o ilegível” (Ottoni, 2005, p. 41), apostar no acontecimento é apostar na tradução dos textos das políticas curriculares, apostar na contextualização radical (porque sem determinismos ou garantias), aquela realizada na contingência das relações. Na pesquisa, estamos a todo tempo envolvidos em entender a política que possibilita a constituição de discursos capazes de bloquear o diferir constante do currículo e em reiterar que o que se supõe estabilizado é submetido à tradução. Em sintonia com Ottoni (2005), tentamos flagrar como outro o que é suposto ser o mesmo. Essa é uma das grandes dificuldades do trabalho de investigação, pois, na eventual opção por focalizar a instabilidade ou a estabilidade da significação, é possível minimizar, e mesmo desconsiderar, que essas dimensões estão constantemente imbricadas, constituem-se mutuamente.

Esta é, assim, uma construção teórica curricular que busca favorecer a interpretação dos textos curriculares sem recorrer à literalidade e sem desconsiderar os contextos. Diferentemente, busca apoiar práticas que visem à ampliação dos espaços de poder e à disputa política que pode fazer com o que os textos digam o que aparentemente não dizem. A insistência no controle da interpretação, nos registros normativos como se fossem mera aplicação de regras/leis, não interrompe as práticas identitárias, uma vez que a tradução opera em qualquer texto. Para se impor como lei, para exercer seu poder, um texto curricular propositivo — qualquer texto — precisa ser lido; sendo lido em determinadas relações contingentes, submete-se à tradução, que por sua vez não é puramente produção de outro sentido, algo que se suponha absolutamente original, como se fosse imune à norma. Operar com a tradução na teoria de currículo radicaliza a dimensão contextual de qualquer currículo. Defender que o currículo é uma produção contextual da escola se insere nessa aposta política na contextualização radical.

A meu ver, essa é a importância da teoria. Teorizar é como estar sempre se perguntando: Mas não poderia ser de outro modo? O que está possibilitando e sustentando a significação com a qual operamos e que nos subjetiva (nos faz seguir sendo identificados ou receber

uma identificação como seres) de uma determinada maneira? Por que pensar desse modo que é apresentado como única possibilidade, como caminho universalizado e naturalizado, sem que sejam discutidas as condições contextuais que possibilitaram tal proposta?

Não se trata de assumir uma posição como certa ou errada em absoluto, criando um novo fundamento, mas tentar entender o que uma dada perspectiva viabiliza e o que bloqueia. Não é uma simples questão de deve ou não deve, pode ou não pode, mesmo quando se fala sobre deveres e poderes. Remete à problematização, provocar outras possibilidades de pensar, conceber outras maneiras de objetivar, desestabilizar discursos, sabendo que isso implica estabilizar outros discursos e, portanto, manter aberta a suspeição diante de toda estabilidade. Apostar nessa problematização teórica talvez seja, então, o maior motivo para a escrita deste livro.

Este livro tenta ser, por fim, a afirmação de que há muito espaço para desconstrução, tradução, negociação, disputa, fuga, criação e singularidade, se compreendermos a política no registro pós-estrutural e pós-fundacional. Este livro tenta ser também mais uma das minhas apostas em teorizar e simultaneamente atuar nas políticas de currículo, visando a registros democráticos e de justiça social, sem considerar que haja uma significação obrigatória e final para o que venha a ser justiça e democracia.